

# POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: (DES)CONTINUIDADES NA CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS EDUCACIONAIS INCLUSIVOS<sup>1</sup>

## *PUBLIC POLICIES IN SPECIAL EDUCATION: (DIS)CONTINUITIES IN BUILDING INCLUSIVE EDUCATIONAL SYSTEMS*

Clarissa HAAS<sup>2</sup>

Claudio Roberto BAPTISTA<sup>3</sup>

Kátia Regina Moreno CAIADO<sup>4</sup>

O século XXI, no que se refere à garantia dos direitos sociais, tem sido desafiador para as sociedades democráticas mundiais. Em relação ao direito à educação, presenciamos, no pós-pandemia de covid-19, o agravamento dos desafios na promoção da equidade para as pessoas com deficiência, associado a distintos marcadores sociais identitários.

No Brasil, os últimos seis anos foram marcados pelo “golpe político” que resultou no *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, seguido por uma sucessão de Governos Federais cujo mote das políticas públicas foi a fragilização das instituições, o enfraquecimento da participação social e da educação inclusiva, sob orientação neoliberal e ultraconservadora, especialmente entre 2019 e 2022.

Diante do encerramento da vigência do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, identificamos a necessidade de prospecção das emergências para a efetivação da política de Educação Especial na próxima década, com vistas à consolidação de sistemas educacionais inclusivos. Assim, é fundamental analisar aspectos que, historicamente, têm sido arena de disputas na área, tais como: a identificação do público da Educação Especial; as disputas em torno do locus de escolarização; a associação da Educação Especial a instituições de caráter assistencial e privado; a organização dos serviços da Educação Especial; a formação docente; e o financiamento da área.

Cabe lembrarmos que, especificamente em relação à Política Nacional de Educação Especial, o Governo Federal, no período de 2019 a 2022, orquestrou iniciativas de retrocesso, a partir da publicação do extinto Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Embora revogado, tal instrumento jurídico provocou “efeitos” conservadores nas ações políticas nos contextos municipais e estaduais, os quais igualmente precisam ser analisados. Soma-se a isso o

<sup>1</sup> <https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0325>

<sup>2</sup> Docente. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente permanente. Pós-Graduação em Educação (PPGEDU). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente permanente. Mestrado Profissional em Educação Básica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Doutora em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre/Rio Grande do Sul/Brasil. E-mail: haascla@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8526-7200>

<sup>3</sup> Docente. Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor aposentado. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Educação. Università di Bologna. Porto Alegre/Rio Grande do Sul/Brasil. E-mail: baptistacaronti@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6673-4574>

<sup>4</sup> Professora aposentada e colaboradora. Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Doutora em Educação. Universidade de São Paulo (USP). Sorocaba/São Paulo/Brasil. E-mail: caiado.katia@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3091-5135>



agravamento das barreiras atitudinais, na forma do capacitismo, racismo, intolerância política e religiosa, que vivenciamos nos últimos anos e que repercutem negativamente na construção de uma cultura escolar inclusiva, alicerçada nos direitos humanos.

A organização deste dossiê sustenta-se, portanto, na compreensão de que a pesquisa, comprometida com os elementos históricos e simbólicos que se atualizam mutuamente como premissas e tensões políticas do campo da Educação Especial, pode promover contribuições para ampliar o debate democrático e plural sobre a trajetória dessa política pública em distintos territórios.

Com esse propósito, reunimos interlocutores nacionais – pesquisadoras e pesquisadores de distintas regiões do país – e internacionais – pesquisadoras e pesquisadores do continente europeu e africano – comprometidas/os com a pesquisa em Educação Especial e inclusão escolar, em torno da elaboração de dez artigos, os quais apresentamos na sequência.

O artigo de Clarissa Haas e Claudio Roberto Baptista, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), analisa a trajetória de 15 anos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, desde a sua formulação (2008-2023). Os estudiosos buscam compreender os sentidos atribuídos à inclusão escolar e à influência dos agentes públicos e privados nos processos decisórios dessa política ao longo do intervalo histórico analisado, de modo a identificar e problematizar processos que os autores nomeiam como “desafios históricos” para que a Política Nacional de Educação Especial assegure “a meta da inclusão escolar em sua radicalidade”.

Marileide Gonçalves França, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e Rosângela Gavioli Prieto, da Universidade de São Paulo (USP), tratam do financiamento da Educação Especial no PNE (2014-2024), indicando que a Meta 4 do referido plano não foi cumprida em sua totalidade. Por meio de uma pesquisa documental, suas análises apontam que a ampliação do número de matrículas de estudantes público da Educação Especial ao longo do decênio repercutiu no aumento dos recursos financeiros no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); todavia, não houve ampliação da cobertura do Atendimento Educacional Especializado (AEE) a esses estudantes nas redes públicas de ensino.

Maria Helena Michels e Rosalba Maria Cardoso Garcia, ambas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), abordam a formação docente e as exigências formativas para professoras e professores de Educação Especial. A pesquisa documental, assentada no materialismo histórico e dialético, analisa o conservadorismo político persistente nos projetos pedagógicos da formação inicial em Educação Especial, marcado por uma concepção organicista da deficiência, ênfase nas categorias da deficiência e gestão gerencial da modalidade, deflagrando a ausência de conhecimentos pedagógicos como base da formação desses profissionais.

Washington Cesar Shoiti Nozu, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Taísa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e Ana Paula Cunha dos Santos Fernandes, da Universidade do Estado do Pará (UEPA), investigaram as interfaces entre a Educação Especial e a Educação do Campo, a partir dos sistemas estaduais de ensino de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Pará. Com base

na análise dos microdados do Censo Escolar da Educação Básica, os autores problematizam a ausência e a precariedade dos recursos de acessibilidade e das salas de recursos multifuncionais nas escolas estaduais dos territórios camponeses sul-mato-grossenses, mineiros e paraenses.

A pesquisa de Maria Edith Romano Siems e Monique Linciano de Azevedo Costa, da Universidade Federal de Roraima (UFRR), e Katia Regina Moreno Caiado, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), investigou como se efetiva, no âmbito da Rede Municipal de Educação de Boa Vista, Roraima, o desenvolvimento das políticas estabelecidas no país para os estudantes público da Educação Especial. O artigo identifica desafios distintos, tais como os elevados dispêndios financeiros na aquisição de materiais didáticos padronizados e a diversificação dos perfis profissionais que compõem o quadro de servidores da rede de ensino para atendimento às especificidades desses estudantes.

Mayara Costa da Silva, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e Kátia Santos Silva, do Instituto Federal da Bahia (IFBA), são as autoras do estudo que analisa a ação pedagógica dos serviços educacionais especializados vinculados a dois contextos distintos da Rede Federal de Ensino, localizados nas cidades de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul (RS), e Porto Seguro, na Bahia (BA). A partir do pensamento sistêmico, são destacados os direcionamentos comuns das ações em ambos os contextos, em sintonia com as políticas públicas nacionais de Educação Especial, bem como os criativos arranjos locais.

O texto de Lucia Reily, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e Cássia Geciauskas Sofiato, da Universidade de São Paulo (USP), traz pistas históricas significativas para a compreensão das representações da deficiência que prevalecem no imaginário social na contemporaneidade como desafios para a construção de sistemas educacionais inclusivos. Elas retomam o movimento higienista no Rio de Janeiro, presente a partir do século XIX, em busca de compreender como as representações eurocêntricas de deficiência, em diálogo com o higienismo vigente, circularam no teatro carioca, configurando estereótipos e mobilizando ações de ordenamento social.

O estudo de Marcos Cezar de Freitas, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), trata de uma pesquisa etnográfica desenvolvida em escolas municipais do estado de São Paulo, que investigou situações em que as matrículas de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no AEE são confrontadas pela incorporação de pressupostos da análise comportamental às rotinas planejadas para o público da Educação Especial, a partir das manifestações de familiares favoráveis a essa abordagem.

Os pesquisadores estrangeiros Maria Luisa Zaghi, do *Centro di Documentazione di Valsamoggia* (Bolonha), e Dimitris Argiropoulos, da *Università di Parma*, analisaram a trajetória das políticas públicas italianas desde os anos de 1960, com foco na inclusão das pessoas com deficiência na Itália. São abordadas as crises econômicas mundiais, o desenvolvimento do pensamento neoliberal e sua repercussão nas políticas públicas, a partir dos anos 2000, com a inserção de reformas que afetam as escolas e comprometem os princípios da inclusão escolar no país.

Finaliza o dossiê o artigo da pesquisadora moçambicana Delfina Benjamim Massangaie da Silva, da Universidade Eduardo Mondlane, a qual veio, lamentavelmente, a faltar no período de aprovação deste dossiê. Seu trabalho é publicado *in memoriam* e representa

o legado de uma jovem e potente pesquisadora pela defesa de políticas públicas de inclusão escolar em Moçambique. Seu artigo analisa a configuração das políticas de Educação Especial no país, no período de 1998 a 2022, com destaque para as tendências e os desafios identificados. Atenta-se, especificamente, para os impactos do período da pandemia de covid-19 na garantia do direito à educação dos estudantes com “necessidades educativas especiais” – termo em voga nas diretrizes moçambicanas.

Em suma, o conjunto dos dez artigos retrata um comprometimento político inegociável com as políticas públicas de inclusão escolar. Em específico, o conjunto de pesquisas brasileiras, envolvendo distintas instâncias administrativas (União, estados e municípios), apresenta análises consistentes e críticas dos pesquisadores em torno do papel complementar da modalidade da Educação Especial e sua transversalidade com a Educação Escolar no Brasil. Por sua vez, as pesquisas decorrentes da análise da política pública na Itália e em Moçambique revelam desafios políticos estruturais na conjuntura internacional das políticas em defesa dos direitos humanos de grupos sociais minoritários.

Com o intuito de que os estudos reunidos neste dossiê possam ser disparadores de novos processos investigativos, no âmbito da pesquisa e da promoção de políticas públicas, com foco na consolidação de sistemas educacionais inclusivos, desejamos uma boa leitura a todas e a todos.

As organizadoras e o organizador  
Porto Alegre/São Paulo, inverno de 2025

## REFERÊNCIA

Decreto no 10.502, de 30 de setembro de 2020. *Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com aprendizado ao longo da vida*, em 30 de setembro de 2020. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10502.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10502.htm)

---

Recebido em: 05/04/2025  
Reformulado em: 17/05/2025  
Aprovado em: 18/06/2025